

O PAÍS

Sindicância investigará ACM

Conselho de Ética do Senado decide apurar se senador tem envolvimento com grampos ilegais

Lydia Medeiros

BRASÍLIA

O Conselho de Ética do Senado abriu ontem sindicância para apurar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no esquema de escuta ilegal na Bahia. As tentativas do PFL de barrar uma investigação do Conselho de Ética fracassaram. Nove integrantes do conselho votaram pela apuração do caso e seis, contra. A sindicância deverá durar 30 dias.

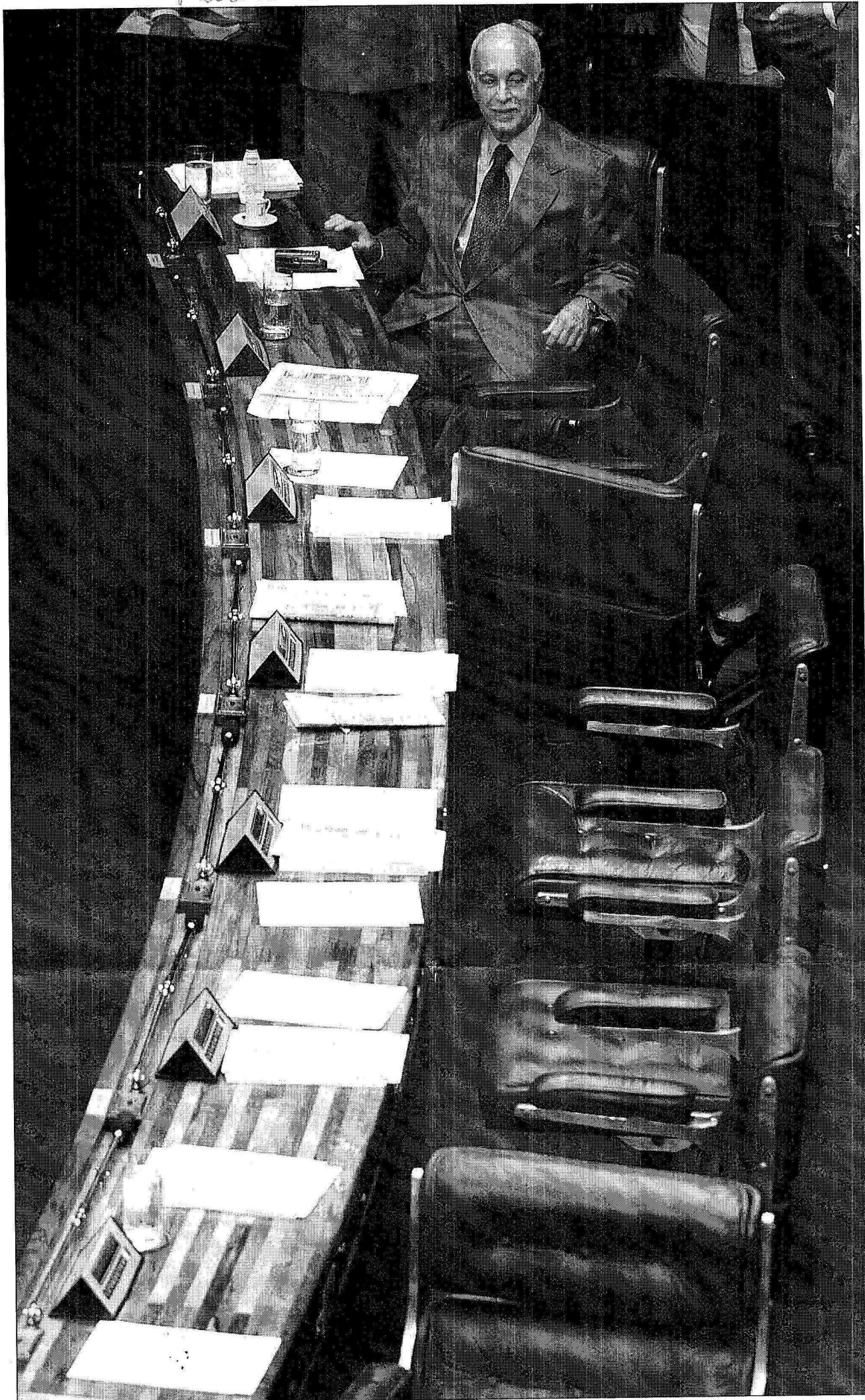
O PFL queria que o conselho aguardasse o fim do inquérito da Polícia Federal sobre os grampos ilegais. Não conseguiu convencer os membros do Conselho de Ética. Abatido, Antonio Carlos acompanhou a sessão de seu gabinete e recebeu apenas os senadores do PFL que integram o conselho.

O relator escolhido foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Os próximos passos da investigação serão decididos amanhã de manhã, quando será votada a agenda de trabalho. Se depender do presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), os primeiros a depor serão os jornalistas Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha, da revista "IstoÉ", que disseram ao PT ter provas contra Antonio Carlos, motivando o pedido de investigação. O mais provável, porém, é que a sindicância comece ouvindo o delegado da Polícia Federal responsável pelo caso, Gesival Gomes, proposta defendida pelo PT, que controla a maioria dos votos do colegiado.

Os líderes dos partidos se reuniram por 40 minutos antes da sessão e foram ao plenário do conselho acompanhar a decisão. O resultado frustrou as expectativas do senador Agripino Maia (PFL-RN), que esperava ter assegurado o apoio do PSDB para adiar a apuração do conselho, tese apresentada pelo corregedor, Romeu Tuma (PFL-SP).

— A sindicância deve esperar o inquérito, porque não conseguirá ter a mesma velocidade — ponderou Tuma, sem conseguir convencer os dois representantes tucanos, Antero Paes de Barros (MT) e Sérgio Guerra (PE), que votaram pela abertura da sindicância, apesar da opinião contrária do líder Arthur Virgílio (PSDB-AM).

— Entendi que não valia a pena cobrar deles uma posição e lhes disse que votassem então segundo suas consciências — disse Virgílio, para quem o caminho ideal seria esperar as conclusões da polícia.



ANTONIO CARLOS no plenário do Senado: na hora da sessão que votou pela abertura de sindicância, ele foi para seu gabinete

Gustavo Miranda